ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

Disposição transitória

A gerência fica, desde já, autorizada a levantar a totalidade do capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis, imóveis ou direitos, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência, nesse período, logo que definitivamente matriculada.

Está conforme o original,

21 de Novembro de 2003. — A Primeira-Ajudante, *Rogélia Isabel S. Zambujo Rosa*.
2003764364

ALGARWINDOWS — PORTAS E JANELAS DO ALGARVE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Albufeira. Matrícula n.º 03166/20040922; identificação de pessoa colectiva n.º 507091990; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 25/20040922.

Certifico que, se encontra depositado na pasta respectiva cópia da escritura lavrada em 22 de Setembro de 2004, a fl. 36 do livro n.º 172-A, no Cartório Notarial do Centro de Formalidades das Empresas de Loulé, pela qual foi constituída a sociedade em epígrafe, e que se rege pelo seguinte contrato:

1.º Jonathan Shaul, contribuinte fiscal n.º 191594679, solteiro, maior, natural de Newbury, Inglaterra, de nacionalidade britânica.

2.º Kevin Michael Baker, contribuinte fiscal n.º 249073722, casado no regime da comunhão geral de bens com Elizabeth Baker, natural de Norwich, Inglaterra, de nacionalidade britânica.

3.º Luísa Maria Dinis de Abreu Braziel, contribuinte fiscal n.º 166729590, solteira, maior, natural da freguesia de Alvalade, concelho de Lisboa, todos com residência habitual na Vila Santa Maria, sítio da Mouraria, freguesia e concelho de Albufeira.

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma ALGARWINDOWS — Portas e Janelas do Algarve, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede na Vila Santa Maria, sítio de Mouraria, freguesia e concelho de Albufeira, com endereço postal no apartado 697.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e, serem criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na, importação, comercio, instalação de portas e janelas.

ARTIGO 3.º

O capital social é de cinco mil euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro e corresponde à soma de três quotas: duas nos valores nominais de dois mil quatrocentos e cinquenta euros cada, pertencendo cada uma delas a cada um dos sócios Jonathan Shaul e Kevin Michael Baker e outra, no valor nominal de cem euros, pertencente à sócia Luísa Maria Dinis de Abreu Braziel.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, compete a sócios ou não sócios, com ou sem remuneração conforme for deliberado em assembleia geral.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos, é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — Ficam desde já nomeados gerentes todos os sócios.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

Disposição transitória

A gerência fica, desde já, autorizada a levantar a totalidade do capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis, imóveis ou direitos, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência, nesse período, logo que definitivamente matriculada.

23 de Setembro de 2004. — A Primeira-Ajudante, *Rogélia Isabel S. Zambujo Rosa*.
2005360481

ALBUFEIRATUR — VIAGENS E TURISMO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Albufeira. Matrícula n.º 00080/840817; identificação de pessoa colectiva n.º 500989419; inscrição n.º 04; números e data das apresentações: 13 e 14/20031010.

Certifico que, se encontra depositada na pasta respectiva fotocópia de escritura lavrada em 11 de Julho de 2003, a fl. 51 do livro n.º 130-A, do Cartório Notarial do Centro de Formalidades das Empresas de Loulé, pela qual foi alterado o contrato da sociedade em epígrafe, tendo em consequência os artigos 1.º e 4.º ficando com a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade mantém a firma ALBUFEIRATUR — Viagens e Turismo, L.ª, e tem a sua na Avenida de 25 de Abril, Edifício Albufeira, Centro Comercial, loja 11, na cidade, freguesia e concelho de Albufeira, podendo estabelecer delegações ou dependências em qualquer outro ponto do País ou no estrangeiro.

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cem mil euros e corresponde à soma de três quotas: uma, no valor nominal de sete mil novecentos e oitenta euros e setenta e sete centimos, outra, no valor nominal de sessenta e sete mil e dezanove euros e vinte e três centimos, ambas pertencentes ao sócio Joaquim Inácio Cabrita Neves e outra, no valor nominal de vinte e cinco mil euros, pertencente ao sócio José Domingos das Neves Sequeira.

O texto completo, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

16 de Outubro de 2003. — A Primeira-Ajudante, *Rogélia Isabel S. Zambujo Rosa*.
2003755055

ALDISCOUNT — SUPERMERCADOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Albufeira. Matrícula n.º 02891/20030606; identificação de pessoa colectiva n.º 506498980; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 15/20030606.

Certifico que se encontra depositada na pasta respectiva cópia da escritura lavrada em 3 de Abril de 2003, a fl. 82 do livro n.º 120-A no Cartório Notarial do Centro de Formalidades das Empresas de Loulé, pela qual foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

a) Weba Holding G. m. b. H., com o n.º 980270200 de registo equiparado a pessoa colectiva;

b) Hutha Holding G. m. b. H., com o n.º 980270219 de registo equiparado a pessoa colectiva, ambas as sociedades com sede em Seevetal, Alemanha, conforme consta de duas procurações e de duas Certidões do Registo Comercial do Tribunal da Comarca Winsen/Luhe, Alemanha, que arquivo.

Verifiquei a identidade do outorgante pela exibição da sua carta de condução n.º E-135920, emitida em 22 de Março de 1988 pela Direcção de Viação Sul em Évora.

E pelo outorgante foi declarado:
Que, entre as sociedades suas representadas, celebra um contrato de sociedade comercial por quotas, que vai reger-se pelas cláusulas constantes do artigos seguintes:

CAPÍTULO I

Firma, sede, objecto, duração

ARTIGO 1.º

Firma

A sociedade é uma sociedade de responsabilidade limitada.
A sociedade adopta a firma ALDIDISCOUNT — Supermercados, L.ª

ARTIGO 2.º

Sede

A sociedade tem a sua sede na Rua de Miguel Bombarda, 24, na cidade, freguesia e concelho de Albufeira.

A sociedade pode mediante deliberação da gerência deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, e, bem assim, criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 3.º

Objecto

A sociedade tem por objecto, tanto em Portugal como no estrangeiro, o comércio por grosso e a retalho de géneros alimentares e artigos domésticos, como a importação e exportação e o embalo dos respectivos produtos.

ARTIGO 4.º

Participação em outras sociedades

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, ainda que tenham objecto social diferente.

ARTIGO 5.º

Duração

A sociedade durará por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital

ARTIGO 6.º

Capital

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de duzentos mil euros e corresponde à soma de duas quotas iguais de cem mil euros cada, pertencendo cada uma delas a cada sócia.

CAPÍTULO III

Representação, gerência

ARTIGO 7.º

Gerência

A sociedade é administrada e representada por um ou mais gerentes. Os gerentes são eleitos em assembleia geral e podem ser destituídos a todo o tempo. O número de gerentes, assim como a duração do seu mandato, é determinado pela assembleia geral.

Cada gerente está autorizado a praticar todos os actos que se mostrem necessários ou convenientes para a realização do objecto social, salvo os actos cuja competência esteja reservada por lei ou pelo contrato à competência da assembleia geral. No seu exercício dos actos, direitos e obrigações deverá este pautar-se pelo necessário zelo em conformidade com a lei, com o contrato e pelo eventual regulamento de gerência aprovado pela assembleia geral.

Não obstante a índole comum no exercício das suas responsabilidades, no caso da gerência plural, têm estes o direito de delegarem entre si competência para determinados negócios ou espécie de negócios.

No caso de impedimento ou incapacidade de exercício de um ou mais gerentes, será a gerência exercida pelos gerentes remanescentes.

No caso de impedimento e de incapacidade de exercício de todos ou do único gerente, os poderes de gerência são assumidos pelos sócios.

ARTIGO 8.º

Representação

Para representar e obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos, é necessária a assinatura de um gerente, quando a sociedade tiver um único gerente.

Ficam desde já nomeados gerentes Christian Martin Dibowski, casado, residente na Rua de Miguel Bombarda, 24, na cidade de Albufeira, e Élio Martins Coelho, já identificado.

O gerente Christian Martin Dibowski representa e obriga a sociedade com a sua assinatura. O gerente Élio Martins Coelho, e ou qualquer outro gerente que, posteriormente, venha a ser nomeado, representam e obrigam a sociedade com as assinaturas conjuntas de ambos.

A gerência poderá constituir mandatários da sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos. A sociedade obriga-se pela assinatura dos procuradores nomeados, dentro dos limites dos poderes constantes das respectivas procurações.

A gerência pode a todo o tempo revogar e ou alterar total ou parcialmente o mandato conferido nos termos supra-mencionados.

CAPÍTULO IV

Assembleia geral

ARTIGO 9.º

Composição, atribuições

A assembleia geral delibera sobre todas as matérias, desde que não estejam, pela lei ou pelo contrato, compreendidas nas atribuições de outros órgãos da sociedade.

Todas as deliberações validamente tomadas em assembleia geral são vinculativas para os sócios, independentemente da sua presença ou sentido de voto.

A representação na assembleia geral de qualquer sócio poderá ser conferida a quem o mesmo entender. Um representante pode representar vários sócios.

ARTIGO 10.º

Assembleia geral

A assembleia geral reúne-se nos três primeiros meses de cada ano social para apresentação do relatório de gestão e, se for caso disso, do relatório do revisor oficial de contas, para apreciação do relatório e contas do exercício, para deliberar sobre a distribuição de lucros, aprovação da gerência e do eventual revisor oficial de contas.

Sempre que, no interesse da sociedade, se mostrar necessário, será convocada uma assembleia geral extraordinária.

ARTIGO 11.º

Quórum, deliberações

a) Quórum.

A assembleia geral reúne e delibera quando estejam presentes ou representados, pelo menos, cinquenta e um por cento dos votos correspondentes ao capital social, ressalvando-se, porém, os casos em que disposições diversas da lei ou do contrato exijam uma maioria qualificada.

b) Deliberações.

Salvo disposição diversa da lei ou do contrato, as deliberações consideram-se tomadas se obtiverem a maioria dos votos emitidos.

A assembleia geral só pode deliberar sobre assuntos incluídos na ordem do dia, salvo se todos os sócios estiverem presentes ou representados e todos manifestem a vontade de deliberar sobre determinado assunto.

Na assembleia geral todas as formalidades prévias se consideram como cumpridas, sempre que os sócios por si ou pelos seus representantes manifestem essa vontade.

Os sócios podem deliberar sem ser em assembleia geral, tomando deliberações unânimes por escrito.

ARTIGO 12.º

Acta da assembleia

A acta da assembleia geral é assinada pelo presidente da assembleia, eleito em assembleia, e pelos sócios.

CAPÍTULO V

Inventário, relatório e contas, reservas, distribuição

ARTIGO 13.º

Relatório e contas

O ano comercial inicia-se em 1 de Janeiro e termina no dia 31 de Dezembro de cada ano.

Um inventário e o relatório e contas são elaborados pela gerência, para apresentação destes, na forma e no prazo previsto na lei, à assembleia geral para deliberação. Consignarão os montantes das necessárias provisões e amortizações. O relatório e contas é constituído pelo balanço, demonstração de resultados de exercício e ainda pelos anexos explicativos, e formam uma unidade.

ARTIGO 14.º

Distribuição dos lucros

Aos lucros líquidos anualmente apurados, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

A distribuição de lucros só se realizará, na medida em que o total do capital próprio da sociedade for superior ao montante do capital social, acrescido das reservas legais.

ARTIGO 15.º

Dividendos, dividendos antecipados

A assembleia geral pode deliberar, que uma distribuição dos lucros se possa realizar integral ou parcialmente numa outra forma que não em numerário.

A assembleia geral pode deliberar o adiantamento sobre lucros no decurso do exercício de acordo com o legalmente estipulado. O adiantamento refere-se ao lucro do exercício em curso, se necessário for, diminuído pelo prejuízo transitado e acrescido do lucro transitado e sem afectação das reservas legais.

Todos os dividendos, que no prazo de cinco anos a contar do seu vencimento não sejam pagos, prescrevem e revertem a favor da sociedade, salvo disposição legal em contrário.

CAPÍTULO VI

Dissolução, liquidação

ARTIGO 16.º

Dissolução, liquidação

Em caso de dissolução da sociedade, por quaisquer motivos e com excepção das dissoluções previstas na lei sem liquidação, é a mesma efectuada por liquidatários nomeados pela assembleia geral. Na falta de nomeação de liquidatários, a dissolução é efectuada pelos gerentes em exercício ao tempo da dissolução.

A assembleia geral determina a forma da dissolução como os poderes e remuneração dos liquidatários.

Depois da liquidação de todas as dívidas e encargos, o activo líquido é partilhado e adjudicado de forma igual segundo as quotas subscritas.

CAPÍTULO VII

Geral

ARTIGO 17.º

Normas legais dispositivas

As normas legais dispositivas poderão ser derogadas por deliberação dos sócios.

ARTIGO 18.º

Nulidade

A invalidade total ou parcial, de qualquer das cláusulas do presente contrato, não afectará a validade das restantes.

20 de Junho de 2003. — A Segunda-Ajudante, *Maria de Lurdes da Silva Santos*.
2000139663

OPÇÃO XXI — CONSTRUÇÕES E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Albufeira. Matrícula n.º 02238/20001016; identificação de pessoa colectiva n.º 505115611; averbamento n.º 01 à inscrição n.º 01 e inscrições n.ºs 05 e 06; números e data das apresentações: 11, 12 e 13/20041116.

Certifico que se encontra depositada na pasta respectiva cópia da escritura lavrada em 27 de Outubro de 2004, a fl. 47, do livro n.º 186-M no 2.º Cartório Notarial de Almada, pela qual Josué Assunção Mourão Abrantes, António do Carmo Bernardo e Abílio Fernandes Henriques cessaram funções de gerência, José Manuel de Jesus Pereira foi nomeado gerente, e foram alterados o n.º 2 do artigo 1.º e os n.ºs 2 e 4 do artigo 4.º do contrato, passando a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 1.º

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua do Estádio, E-4, loja D, Bela Vista, freguesia e concelho de Albufeira.

ARTIGO 4.º

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos, é suficiente a intervenção de um gerente.

4 — Fica desde já nomeado gerente o sócio José Manuel de Jesus Pereira.

O texto actualizado do contrato encontra-se depositado na pasta respectiva.

16 de Novembro de 2004. — A Segunda-Ajudante, *Maria de Lurdes da Silva Santos*.
2003737081

MURRAY, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Albufeira. Matrícula n.º 00629/881024; identificação de pessoa colectiva n.º 502054077; inscrição n.º 06; número e data da apresentação: 08/20050901.

Certifico que se encontra depositada na pasta respectiva cópia da acta n.º 23 elaborada em 2 de Junho de 2005, pelo secretário Dr. Damásio Manuel Domingos Brazão, pela qual foi feita a dissolução e encerramento da liquidação da sociedade em epígrafe, tendo as contas sido aprovadas em 31 de Março de 2005. Não havendo activo ou passivo a partilhar.

12 de Setembro de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Maria de Lurdes da Silva Santos*.
2003766928

PRIMAMAR — CONSTRUÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Albufeira. Matrícula n.º 02177/20000623; identificação de pessoa colectiva n.º 504989227; inscrição n.º 02; número e data da apresentação: 27/20050901.

Certifico que se encontra depositada na pasta respectiva cópia da escritura lavrada em 3 de Agosto de 2005, a fl. 67 do livro n.º 198-E, no Cartório Notarial de Albufeira da Dr.ª Ana Filomena Faísca Anastácio Soares Ferreira, pela qual foi feita a dissolução e encerramento da liquidação da sociedade em epígrafe, tendo as contas sido aprovadas em 31 de Dezembro de 2004. Não havendo activo ou passivo a partilhar.

12 de Setembro de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Maria de Lurdes da Silva Santos*.
2003766936

PARKER & PARKER — GESTÃO IMOBILIÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Albufeira. Matrícula n.º 00638/19881024; identificação de pessoa colectiva n.º 502070307; inscrição n.º 07; número e data da apresentação: 01/20051025.

Certifico que se encontra depositada na pasta respectiva cópia das actas n.ºs 25/2005, de 21 de Outubro, pela qual foi nomeado secretário da referida sociedade, Humberto João Vieira Chalrinho, que por sua vez elaborou a acta n.º 26/2005, de 22 de Outubro, pela qual deliberaram a dissolução e encerramento da liquidação da sociedade em epígrafe, tendo as contas sido aprovadas em 22 de Outubro de 2005. Não havendo activo ou passivo a partilhar.

21 de Outubro de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Maria de Lurdes da Silva Santos*.
2010733622